



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000968238

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2247366-22.2020.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é impetrante JAQUELINE LEITE BRAGA DE OLIVEIRA e Paciente LEONARDO SOUZA REIS, é impetrado MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MAUÁ . SP.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CAMILO LÉLLIS (Presidente sem voto), ROBERTO PORTO E EUVALDO CHAIB.

São Paulo, 26 de novembro de 2020.

EDISON BRANDÃO

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Habeas Corpus nº 2247366-22.2020.8.26.0000

Autos de origem nº 1515365-20.2020.8.26.0228

Impetrado: MM. Juízo de Direito da Comarca de Mauá

Impetrante: Jaqueline Leite Braga de Oliveira

Paciente: **LEONARDO SOUZA REIS**

Voto nº 40353

HABEAS CORPUS – Roubo majorado – Pleito de revogação da prisão preventiva – Não acolhimento – Decisão suficientemente fundamentada - Crime apenado com pena máxima superior a 04 anos – Hipótese do inciso I, do artigo 313, do CPP – Presentes os requisitos ensejadores da custódia cautelar - Necessidade da garantia da ordem pública – Impossibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal – Inexistência de constrangimento ilegal - Ordem denegada.

Cuida-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Jaqueline Leite Braga de Oliveira, em favor de **LEONARDO SOUZA REIS**, que estaria sofrendo constrangimento ilegal por parte do MM. Juízo de Direito da Comarca de Mauá.

Narra, de início, que o paciente foi preso pela suposta prática do crime de roubo.

Sustenta, em síntese, a ausência dos requisitos que autorizam a manutenção da custódia cautelar, ressaltando que o paciente é primário e possui bons antecedentes e residência fixa. Além disso, o acusado é genitor de dois filhos menores que depende de seus cuidados.

Assim, requer a concessão da liberdade provisória (fls. 01/05).

A liminar foi indeferida à fls. 09/10.

Foram prestadas as informações pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MM. Juízo *a quo* (fls. 13/15), manifestando-se a D. Procuradoria de Justiça pela denegação da ordem (fls. 18/20).

Relatei.

O presente *writ* deve ser denegado.

Consta dos autos que, em tese, no dia 20 de julho de 2020, às 21h30min, na Avenida Cruzeiro do Sul, sobre a Ponte Cruzeiro do Sul, Canindé, nessa cidade e comarca de São Paulo, **LEONARDO SOUZA REIS**, agindo em concurso com Cleiton Xavier Dantas, subtraiu, em proveito próprio, mediante grave ameaça, 01 (um) aparelho celular modelo *Samsung*, avaliado em R\$ 600,00, pertencente à vítima Sandra Emília Primo.

Segundo apurado, os acusados, previamente ajustados para a prática de crime patrimonial, transitavam pela Ponte Cruzeiro do Sul, sentido Shopping D, quando divisaram a vítima, que caminhava em direção ao ponto de ônibus. Os agentes se aproximaram e, de forma agressiva, exigiram que ela entregasse o aparelho celular. Diante da demora da ofendida, que tentava encontrar o aparelho dentro da bolsa, o agente de estatura mais baixa passou a ameaçá-la, simulando portar arma de fogo, com as mãos na cintura. A vítima então entregou o aparelho celular aos denunciados, que se evadiram em direção ao bairro Santana.

O crime foi observado por transeuntes que, pouco depois, informaram a policiais militares que patrulhavam o local sobre o ocorrido. Assim, os agentes públicos, de posse das características dos indivíduos, saíram em diligências, vindo a localizá-los na Rua Voluntários da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pátria, altura do numeral 538, bairro Santana, local próximo ao dos fatos.

Em revista pessoal, foi localizado o aparelho celular subtraído da vítima, que estava escondido no bolso de Cleiton. Questionados, os acusados confessaram informalmente aos policiais militares a autoria do delito. A vítima os reconheceu como sendo os autores do delito.

Pois bem.

Em consulta aos autos de origem, não se verifica qualquer ilegalidade na decisão que decretou a custódia cautelar, que se encontra devidamente fundamentada, em observância aos preceitos legais e às circunstâncias do caso concreto. Nesse sentido, a autoridade impetrada explanou que: "(...) No caso em apreço, a prova da materialidade e os indícios suficientes autoria do(s) crime(s) de roubo majorado pelo concurso de agentes (artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal) encontram-se evidenciados pelos elementos de convicção constantes das cópias do Auto de Prisão em Flagrante, com destaque para as declarações colhidas: Consta que os indiciados, mediante grave ameaça exercida com simulação do porte de arma de fogo, subtraíram o celular da vítima. Foram detidos logo depois na posse da res. Assentado o *fumus comissi delicti*, debruço-me sobre o eventual *periculum in libertatis*. O certo é que cabe aqui, efetivamente, a tutela da sociedade, considerando a gravidade CONCRETA do delito e a periculosidade aferida pelas circunstâncias da ação: conduta cometida mediante grave ameaça e concurso de pessoas contra vítima do sexo feminino, a qual relata ter ficado bastante nervosa e começou a chorar durante a ação (facilitando a prática delitiva, inviabilizando qualquer possibilidade de defesa da vítima, demonstrando extrema ousadia e acentuada periculosidade). Muito para além e suposta gravidade abstrata, trata-se de empreitada criminosa que faz alastrar a sensação geral de insegurança, fustigando severamente a tranquilidade e a paz social, que só poderão ser reestabelecidas pela segregação cautelar (há claro risco na liberdade prematura) – quem se dispõe a ameaçar outro ser-humano para obter lucro patrimonial (sem causa jurídica-de forma ilícita) sinaliza



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

oferecer risco social elevado, impondo a necessidade imperiosa de custódia cautelar para tutelar a ordem pública. Destaco, ainda, estar configurada a agravante prevista no artigo 61, II, j, do CP, tendo em vista a situação de calamidade pública de saúde provocada pela pandemia de COVID-19. NÃO há, ainda, comprovação de endereço fixo que garanta a vinculação ao distrito da culpa, denotando que a cautela é necessária para a conveniência da instrução criminal e de eventual aplicação da lei penal, nem de atividade laboral remunerada, de modo que as atividades ilícitas por ventura sejam fonte ao menos alternativa de renda (modelo de vida), pelo que a recolocação em liberdade neste momento (de maneira precoce) geraria presumível retorno às vias delitivas, meio de sustento." (fls. 43/45 dos autos de origem).

Não há que se falar, portanto, em ausência de motivação idônea ou ofensa ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

A propósito:

"A manutenção da custódia pela Magistrada na Primeira Instância foi devidamente justificada, não havendo como se cogitar de falta de fundamentação que pudesse inquirir de nula a respectiva decisão que abordou com objetividade a ausência dos requisitos para a obtenção da liberdade" (TJSP, Habeas Corpus nº 1.026.377.3-2, 14ª Câmara Criminal, Rel. DES. DÉCIO BARRETTI, j. 08/02/2007).

Não se olvida, ademais, que o art. 313, do Código de Processo Penal, dispõe que será admitida a prisão preventiva nos casos em que o crime imputado seja doloso e punível com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 anos.

E, aqui, a lei penal prevê, para o delito de roubo, sanção de 04 a 10 anos de reclusão, estando o paciente, portanto, enquadrado na condição do inciso I, do mencionado artigo do Estatuto Processual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

No mais, a prisão se mostra cabível como garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do mesmo diploma.

Com efeito, o crime de roubo é gravíssimo, traz temor e intranquilidade ao meio social e, por isso, quem o pratica deve ser excluído do benefício de responder ao processo em liberdade, sendo certo que os delitos contra o patrimônio, têm sido, cada vez mais, motivo de insegurança e desassossego para a comunidade, abalando o convívio em sociedade, razão pela qual devem ser devidamente reprimidos pelas autoridades.

Ademais, conforme relatado, o crime teria sido praticado em concurso de agentes, mediante grave ameaça exercida contra a vítima, a qual, inclusive, reconheceu os acusados em sede policial.

Nessa esteira, vejamos o que reza o artigo 282 do Código de Processo Penal:

Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título [dentre elas, a prisão em flagrante e a prisão preventiva] deverão ser aplicadas observando-se a: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011). [g. n.]

Anota-se que a existência de condições



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

peçoais favoráveis não impede a decretação da custódia e nem têm força para alcançar a sua revogação, mormente quando presentes os motivos autorizadores da medida, como no caso em tela.

Ora, referidas condições não têm o condão de, por si sós, garantir a concessão de liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção do cárcere.

Neste sentido:

"Habeas Corpus - Tráfico de Entorpecentes - Liberdade Provisória - Impossibilidade de deferimento - Menores atingidos pela ação do paciente que promovia evento chamado 'mata aulas' - Primariedade e bons antecedentes - Requisitos que não obstam a manutenção do encarceramento - Artigo 44, da Lei 11.343/06 - Constitucionalidade - Inexistência de constrangimento ilegal - Ordem Denegada." (TJSP, HC 990.10.049714-6, 2ª Câmara, Rel. Almeida Sampaio, j. 29/03/10).

"A primariedade, os bons antecedentes, além da residência fixa e do emprego definido, não impedem a constrição cautelar quando está se mostrar necessária. Inteligência desta Corte e do Pretório Excelso." (STJ, HC nº 24.544/MG - Rel. Min. Jorge Scartezzini).

Ressalta-se que as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, só poderão ser aplicadas quando ausentes os requisitos para a prisão preventiva, o que não ocorre no caso em comento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sobre o tema, verifique-se a redação do art. 321 do Código de Processo Penal:

"Art. 321. Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, impondo, se for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código" (g.n.).

Assim, a custódia é de rigor, sendo inviável sua substituição por quaisquer das medidas cautelares alternativas, prescindindo-se da análise de cada uma delas.

Frisa-se que o direito de responder ao processo em liberdade não é irrestrito, nem absoluto. Não obstante a liberdade constitua a regra determinada pela Constituição da República, admite-se a sua privação em caráter precário antes da sentença condenatória definitiva, o que não ofende a presunção de inocência.

Confira-se:

"Demonstrada a necessidade da medida cautelar constritiva da liberdade humana, concretizada em decisão, ainda que sucinta, onde consignadas as razões pelas quais entendeu necessária, descabe pretender desconstituí-la com a invocação do princípio da presunção de inocência, ou pela circunstância de ser o paciente primário, radicado no foro da culpa e com profissão definida" (Revista do Superior Tribunal de Justiça, vol. 58, p. 119) (g.n.).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

No mais, presentes os elementos indicativos da existência do crime e indícios de autoria, não há como se discutir, por meio de *habeas corpus*, questões que ensejam dilação probatória, sendo certo que a autoria imputada ao paciente será examinada nos autos da respectiva ação penal, ao longo da instrução criminal, para que, ao final, o magistrado *a quo* decida pela procedência ou não da demanda, ocasião em que, em caso de condenação, decidirá, também, acerca da sanção a ser imposta.

Por fim, no que tange à alegação de que o paciente é genitor de duas crianças menores de idade, ressalta-se que está sendo processado pela suposta prática do crime roubo majorado, sendo certo que a decisão proferida no *habeas corpus* 165.704/DF, pelo C. Supremo Tribunal Federal, prevê, para a concessão da prisão domiciliar, dentre o mais, "(...) (iv) a submissão aos mesmos condicionamentos enunciados no julgamento do HC nº 143.641/SP, especialmente no que se refere à vedação da substituição da prisão preventiva pela segregação domiciliar em casos de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, ou contra os próprios filhos ou dependentes;" (g.n.).

Sendo assim, incabível a concessão da benesse, não se vislumbrando a presença de constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem.

Isto posto, **DENEGO** a presente ordem.

EDISON BRANDÃO
Relator